

Lógica Computacional

Frequência

Duração: 2 horas

Universidade da Beira Interior

Segunda-Feira 9 de Janeiro de 2017

Prova sem consulta de material pedagógico.
É proibido o uso de calculadora e de telemóvel.
Qualquer fraude implica reprovação imediata.
Só serão corrigidas as provas **legíveis**.

Exercício 1 (OCaml e Indução Estrutural)

1. Considere a seguinte função:

```
let rec misterio a b c = if c > b then misterio a b c else a (misterio a b (a c));;
```

Qual é o seu tipo (na forma em que o compilador ocaml o calcula)?

2. Defina a função *inverte* que aceita em parâmetro uma lista e devolve em saída a lista invertida.

3. Dê uma definição recursiva terminal da função *inverte* dada no ponto anterior.

4. Dê uma definição da função *inverte* usando o combinador *fold_left* sobre listas.

5. Dê uma definição da função *length* que calcula o comprimento da lista em parâmetro.

6. Demonstra por indução estrutural que

$$\forall l : 'a \text{ list}, \text{length } l = \text{length } (\text{inverte } l)$$

Resposta:

1. Vejamos o que a definição da função *misterio* nos diz sobre os seus parâmetros.

Para começar: tem 3 parâmetros. Logo tem um tipo da forma seguinte:

$'a \rightarrow 'b \rightarrow 'c \rightarrow 'd$

Resta-nos saber se temos informação para precisar mais os valores de $'a$, $'b$, $'c$, $'d$. (Relembra-se que $'a$ é o tipo do parâmetro a , etc, e que $'d$ é o tipo do valor devolvido pela função *misterio*)

b e c são comparados, logo são do mesmo tipo: $'b = 'c$

O parâmetro a é usado por duas vezes como função unária. Ou seja é do tipo $'e \rightarrow 'f$.

Como a é invocada no lugar de c na função *misterio* (i.e. $(a c)$), o tipo de c coincide com o tipo de $(a c)$. Ou seja $'f = 'c$. Mais, como c pode ser parâmetro de a , o tipo de entrada de a é igual ao tipo de c . Ou seja: $'e = 'c$.

Resumindo (e incluindo já o que sabemos dos tipos)

$$\text{misterio} : ('c \rightarrow' c) \rightarrow' c \rightarrow' c \rightarrow' d$$

Como usamos um if-then-else, o tipo do valor devolvido no caso then tem de ser igual ao tipo do valor devolvido no caso else. Mais, este tipo é o tipo do retorno da função `misterio`.

Assim o tipo de `misterio a b c` (retorno do `then`) é igual ao tipo de `a (misterio a b (a c))` (retorno do `else`). Ora a função `a` retorna um valor igual ao tipo do parâmetro `c`

ou seja $'d = 'c$

Conclusão

$$\text{misterio} : ('c \rightarrow' c) \rightarrow' c \rightarrow' c \rightarrow' c$$

OCaml deverá responder renomeando $'c$ para $'a$, de forma inócua e totalmente idêntica..

$$\text{misterio} : ('a \rightarrow' a) \rightarrow' a \rightarrow' a \rightarrow' a$$

Como nota final, auxiliar, desta alínea. Esta função não tem sentido computacional muito relevante. Não parece calcular nada de concreto. Até parece permitir uma recursividade infinita directa caso $b > c$. Na verdade, no caso do `else...` também. Mas isso é outra história...

- Exercício de resolução trivial. A única nota explicativa relevante é: quando a lista por inverter tem um elemento `el` à cabeça, a lista invertida terá esse elemento como ultimo elemento. Daí calcularmos a lista invertida da cauda (aqui `li`), e concatenarmos este resultado à esquerda da lista constituída por `el` sozinho. É juntar à cauda.

Porquê não usar a operação `::` no lugar de `@`? precisamente porque `::` é a operação que junta um elemento à cabeça de uma lista (de `'a` e `'a list` para `'a list`), e aqui queremos juntar no fim. Usamos `@` para esse propósito (não se esqueça que `@` está a espera de duas listas para realizar a concatenação, daí ser invocada com `[el]` e não somente `el`).

```
let rec invertel l =
  match l with
  | [] -> []
  | el :: li -> (invertel li)@[el]
```

- Resposta trivial igualmente. O truque é acumular numa lista em parâmetro os elementos que vamos “descascando” da lista `l`. Como vamos juntando na ordem da exploração da lista `l`, o último elemento de `l` é o o ultimo a ser colocado à cabeça do acumulador: o acumulador acaba por ser a lista na ordem inversa!

```
let rec invertert l acc =
  match l with
  | [] -> acc
  | el :: li -> (invertert li (acc :: acc))
```

```
let invertel l = invertert l []
```

- Nesta alínea, retomamos a ideia que fundamentou a função recursiva terminal da alínea anterior: vamos explorar a lista da esquerda para a direita (é o percurso feito pela função `fold_left`) e acumular os elementos lidos para um acumulador.

```
let rec invertel = fold_left (fun a el -> el :: a) [] l
```

- A função `length` é igualmente trivial.

```
let rec length l =
  match l with
  | [] -> 0
  | _ :: li -> 1 + length li
```

ou até mesmo:

```
let rec length l = fold_left (fun a _ → a+1) 0 l
```

6. Queremos demonstrar por indução estrutural sobre as listas que

$$\forall l : 'a \text{ list}, \text{length } l = \text{length } (\text{invert} \ l)$$

Por indução estrutural sobre as listas, basta considerar dois casos. O caso de base em que a lista é vazia e o caso indutivo em que a lista é construída com base num elemento e de uma outra lista

(B) Caso de base. Será $\text{length } [] = \text{length } (\text{invert } [])$

Por definição da função *invert*, $\text{invert } [] = []$, logo $\text{length } [] = \text{length } (\text{invert } []) = 0$. Caso demonstrado.

(I) Caso indutivo. Seja a um elemento, e l' uma lista tal que (HI - Hipótese de indução)

$$(HI) \text{length } l' = \text{length } (\text{invert } l')$$

Queremos demonstrar que

$$\text{length } (a :: l') = \text{length } (\text{invert } (a :: l'))$$

Por definição da função $\text{invert}(a :: l') = (\text{invert } l')@[a]$.

Assim $(\text{length } ((\text{invert } l')@[a])) = \text{length}(\text{invert } l') + \text{length}[a] = \text{length}(\text{invert } l') + 1$

Por (HI) $\text{length}(\text{invert } l') + 1 = \text{length } l' + 1$

Igualmente por definição da função *length*, temos $\text{length } (a :: l') = 1 + \text{length } l'$

Ou seja, $\text{length } (a :: l') = 1 + \text{length } l' = \text{length}(\text{invert } l') + 1 = (\text{length } ((\text{invert } l')@[a]))$. Como queríamos demonstrar.

Para concluir, demonstrado o caso de base e o caso indutivo, podemos afirmar

$$\forall l : 'a \text{ list}, \text{length } l = \text{length } (\text{invert } l)$$

□

Exercício 2 (Alguém copiou nesta sala!)

O professor chamou os cinco alunos suspeitos e questionou cada um deles para saber quem deles cometeu esta ínfame afronta. O resumo das intervenções é o seguinte:

- António: Não foi o Eduardo, foi o Bernardo
- Bernardo: Não foi o Carlos, nem foi o Eduardo
- Carlos: Foi o Eduardo, não foi o António
- David: Foi o Carlos, foi o Bernardo
- Eduardo: Foi o David, não foi o António

Por experiência própria, o professor sabe que cada aluno suspeito mente exactamente uma vez em cada duas afirmações básicas feitas.

Quem copiou? Justifique.

Resposta: A tese é a seguinte: O Carlos copiou. Vamos demonstrar esta tese.

Ao analisar as 5 confissões, vemos que a confissão do Bernardo se destaca das outras: é a única que afirma duas negações.

Vamos tirar proveito deste facto: como o Bernardo mente uma vez, ou foi o Carlos ou foi o Eduardo.

Prossigamos com uma análise por caso (eliminação da disjunção em Dedução Natural) complementada por um raciocínio por absurdo (redução ao absurdo, no contexto da Dedução Natural):

Vamos considerar as duas hipóteses alternativamente. Vamos começar pelo Eduardo

Hipótese: Foi o Eduardo. Mas então neste caso a mentira do Carlos foi dizer que foi o Eduardo. Logo, neste caso, não foi o António. Do facto de saber que não foi o António, depreendemos que foi o David (nos dizeres do Eduardo - já que o Eduardo não mente sobre a responsabilidade do António). Mas se foi o David, então não foi o Eduardo. **Contradição**. Não pode ter sido o Eduardo.

Só Resta o Carlos.

Poderíamos terminar aqui... temos o nosso culpado. Mas só para confirmar, vamos agora explorar o outro caso.

Hipótese: Foi o Carlos. Então o David mente quando diz que foi o Bernardo. Não foi o Bernardo. Logo o António tem razão quando diz que não foi o Eduardo (mentiu na outra afirmação que incrimina o Bernardo). Se não foi o Eduardo, o Carlos diz a verdade quando diz que não foi o António. Neste caso o Eduardo diz a verdade quando diz que não foi o António.

Conclusão: se emitirmos a hipótese de que o culpado é o Carlos, conseguimos confirmar que por consequência não foi mais nenhuma outro.

Conclusão: Culpado confirmado, foi o Carlos.

□

Exercício 3 (Sintaxe)

1. Dê e apresente os cálculos dos conjuntos das variáveis livres e mudas da seguinte fórmula φ

$$R(x, y) \vee \forall x.((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z)))$$

2. Calcule, se possível, $\varphi\{f(y)/x\}$.

Resposta:

1. As variáveis livres são $R(x, y) \vee \forall x.((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z)))$ são as seguintes:

$$\begin{aligned} VL(R(x, y) \vee \forall x.((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z)))) &= \\ VL(R(x, y)) \cup VL(\forall x.((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z)))) &= \\ \{x, y\} \cup VL((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z))) \setminus \{x\} &= \\ \{x, y\} \cup (VL((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x))) \cup VL((P(x, y) \rightarrow Q(z)))) \setminus \{x\} &= \\ \{x, y\} \cup (VL((R(z, x) \rightarrow Q(x))) \setminus \{y\} \cup \{x, y, z\}) \setminus \{x\} &= \\ \{x, y\} \cup (\{x, z\} \setminus \{y\} \cup \{x, y, z\}) \setminus \{x\} = \{x, y\} \cup \{y, z\} &= \\ \{x, y, z\} & \end{aligned}$$

as variáveis ligadas (mudas) são:

$$\begin{aligned} VM(R(x, y) \vee \forall x.((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z)))) &= \\ VM(R(x, y)) \cup VM(\forall x.((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z)))) &= \\ \{\} \cup VM(\forall x.((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z)))) &= \\ VM((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z))) \cup \{x\} &= \\ (VM(R(z, x) \rightarrow Q(x)) \cup \{y\} \cup VM((P(x, y) \rightarrow Q(z)))) \cup \{x\} &= \\ \{\} \cup \{y\} \cup \{\} \cup \{x\} = \{x, y\} & \end{aligned}$$

2. A substituição $\varphi\{f(y)/x\}$ é possível. Em todos os termos em que x é livre (nomeadamente $R(x, y)$), y também. Logo não há risco de captura de variáveis.

$$\begin{aligned} R(x, y) \vee \forall x.((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z))) \{f(y)/x\} = \\ R(f(y), y) \vee \forall x.((\forall y.R(z, x) \rightarrow Q(x)) \wedge (P(x, y) \rightarrow Q(z))) \end{aligned}$$

□

Exercício 4 (Cálculo booleano)

Tendo em conta as definições de base dos operadores da álgebra de Boole demonstre:

$$\ominus(b_1 \oplus b_2) = (\ominus b_1) \otimes (\ominus b_2)$$

Resposta: Este resultado por demonstrar é uma das duas leis de De Morgan. Como requerido, vamos demonstrá-la com base nas definições dos operadores booleanos (i.e. \ominus, \oplus e \otimes). Obviamente, o exercício explicita que não se pode usar as próprias leis de De Morgan para demonstrar... as leis de De Morgan.

Façamos uma análise por caso.

Caso $b_1 = 0$. Neste caso, $\ominus(0 \oplus b_2) = \ominus b_2$ e $(\ominus 0) \otimes (\ominus b_2) = \ominus b_2$

ou seja $\ominus(0 \oplus b_2) = (\ominus 0) \otimes (\ominus b_2)$, CQD.

Caso $b_1 = 1$. Neste caso $\ominus(1 \oplus b_2) = \ominus 1 = 0$ e $(\ominus 1) \otimes (\ominus b_2) = 0$. Assim $\ominus(1 \oplus b_2) = (\ominus 1) \otimes (\ominus b_2)$. CQD.

Conclusão: $\ominus(b_1 \oplus b_2) = (\ominus b_1) \otimes (\ominus b_2)$

□

Exercício 5 (Consequência Semântica)

Considere a afirmação seguinte:

$$\{\varphi \rightarrow (\delta \wedge \psi), (\gamma \vee \psi) \rightarrow \delta\} \models \delta \rightarrow \varphi$$

Verifique se esta é verdadeira ou falsa, usando o método clássico (via projecção para a álgebra de Boole).

Resposta: Usar o método semântico clássico implica perceber se todas as valorações que satisfaçam $\varphi \rightarrow (\delta \wedge \psi)$ e $(\gamma \vee \psi) \rightarrow \delta$ satisfaçam igualmente $\delta \rightarrow \varphi$. Vejamos.

Resposta curta: Consideremos a valoração V tal que $V(\varphi) = 0$, $V(\delta) = 1$, $V(\gamma) = 1$, $V(\psi) = 1$.

$$V(\varphi \rightarrow (\delta \wedge \psi)) = 1$$

$$V((\gamma \vee \psi) \rightarrow \delta) = 1$$

$$V(\delta \rightarrow \varphi) = 0$$

Esta valoração é um contra-exemplo à validade da consequência semântica enunciada. A afirmação é falsa.

Resposta alternativa, mais em detalhe:

$$V(\varphi \rightarrow (\delta \wedge \psi)) = \ominus V(\varphi) \oplus (V(\delta) \otimes V(\psi)) = (\ominus V(\varphi) \oplus V(\delta)) \otimes (\ominus V(\varphi) \oplus V(\psi))$$

$$V((\gamma \vee \psi) \rightarrow \delta) = \ominus(V(\gamma) \oplus V(\psi)) \oplus V(\delta) = (\ominus V(\gamma) \otimes \ominus V(\psi)) \oplus V(\delta) = (\ominus V(\gamma) \oplus V(\delta)) \otimes (\ominus V(\psi) \oplus V(\delta))$$

$$V(\delta \rightarrow \varphi) = \ominus V(\delta) \oplus V(\varphi)$$

Desta imediata projecção para o domínio dos booleanos, depreende-se que a valoração da primeira fórmula é positiva nos casos:

- ou $V(\varphi) = 1$, neste caso temos necessariamente $V(\delta) = 1$ e $V(\psi) = 1$ para que a fórmula seja satisfeita;
- ou então basta $V(\varphi) = 0$ (δ e ψ não influenciam neste caso aqui o estatuto da primeira fórmula)

No caso da segunda fórmula, as valorações que a validam tem a seguinte forma:

- ou $V(\delta) = 0$ e neste caso temos necessariamente $V(\varphi) = 0$ e $V(\gamma) = 0$ para que a fórmula seja satisfeita;
- ou então basta que $V(\delta) = 1$

para que as duas fórmulas sejam simultaneamente satisfeita a valoração deve respeitar as seguintes condições (resultante da junção dos casos anteriores, olhando só para as variáveis envolvidas δ e φ na fórmula $\delta \rightarrow \varphi$):

- $V(\delta) = 1$ então $V(\varphi) = 1$ necessariamente para podermos satisfazer a primeira fórmula. Esta valoração satisfaz igualmente a segunda fórmula.
Assim, com $V(\delta) = 1$ e $V(\varphi) = 1$, $V(\delta \rightarrow \varphi) = 1$. Ok, neste caso a consequência semântica se verifica localmente. Mas tem de se verificar para todos os casos para poder se afirmar globalmente que há consequência semântica.
- Se $V(\varphi) = 0$, $V(\delta)$ pode ter qualquer valor para satisfazer a primeira fórmula. Neste caso se $V(\delta) = 1$ a validade da segunda fórmula é garantida. Se $V(\delta) = 0$, temos de ter $V(\psi) = V(\gamma) = 0$ para garantir a validade da segunda fórmula.

no caso $V(\varphi) = 0$ e $V(\delta) = 0$ (e as valorações para γ e ψ escolhidas de forma a validar as duas primeiras fórmulas), $V(\delta \rightarrow \varphi) = 1$.

no caso $V(\varphi) = 0$ e $V(\delta) = 1$, $V(\delta \rightarrow \varphi) = 0$. **CQD: a consequência semântica não se confirma. A afirmação é falsa.**

□

Exercício 6 (Algoritmo de Horn)

Considere a fórmula φ seguinte: $(\neg p \vee q) \wedge (p \vee \neg q)$

Usando o algoritmo de Horn sobre uma eventual transformação de φ , indique a natureza da fórmula φ .

Resposta: Este exercício tem uma resolução imediata.

Observemos primeiro que a fórmula está numa forma adequada para o algoritmo de Horn: é uma FNC em que há no máximo um literal positivo em cada grupo disjuntivo.

De facto, pode ser transformado em $(p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$.

$$\mathcal{A}(\{(p \rightarrow q), (q \rightarrow p)\}, \{\top\}) = \{\top\}$$

Ora $\perp \notin \{\top\}$, logo $\mathcal{H}(\varphi) = 1$ e a fórmula em questão é possível.

□

Exercício 7 (Dedução Natural)

Considere a afirmação seguinte: $\vdash (\neg q \rightarrow \neg p) \rightarrow (p \rightarrow q)$

Prove, com recurso à dedução natural, que é um teorema.

Resposta: A estratégia da demonstração é a seguinte:

Demonstrar que $(\neg q \rightarrow \neg p) \rightarrow (p \rightarrow q)$ é um teorema pode-se reduzir a demonstração de que se consegue demonstrar q tendo as provas de $\neg q \rightarrow \neg p$, e de p (é o que fazem as regras de introdução do implica da árvore de prova apresentada).

$$\begin{array}{c}
\frac{\frac{\frac{\text{Ax}}{\neg q \rightarrow \neg p, p, \neg q \vdash \neg p} \quad \frac{\text{Ax}}{\neg q \rightarrow \neg p, p, \neg q \vdash \neg q}}{\neg q \rightarrow \neg p, p, \neg q \vdash \neg p} \quad \text{c} \rightarrow}{\neg q \rightarrow \neg p, p, \neg q \vdash \neg p} \text{Ax} \\
\frac{\neg q \rightarrow \neg p, p, \neg q \vdash \perp}{\neg q \rightarrow \neg p, p \vdash q} \text{RAA (por } \neg q) \\
\frac{\neg q \rightarrow \neg p \vdash p \rightarrow q}{\vdash (\neg q \rightarrow \neg p) \rightarrow (p \rightarrow q)} \text{c} \rightarrow
\end{array}$$

Como se pode provar q , tendo $\neg q \rightarrow \neg p$ e p ? Basta observar que tendo p demonstrado, não se pode ter $\neg q$. Isto porque neste caso a relação de causa consequência da qual se tem a demonstração $(\neg q \rightarrow \neg p)$ obrigaria a que tenhamos também uma demonstração de $\neg p$. Ou seja... existe uma demonstração de q . Só temos de a encontrar.

É este facto que vamos aproveitar. Provemos que não podemos ter $\neg q$ sem que isso cause uma contradição. Desta contradição temos logo q .

Este raciocínio é dado pelo uso da regra *RAA*. Admitindo que se tem uma prova de $\neg q$, demonstramos o absurdo.

Observemos agora o contexto do que sabemos: claramente sabemos que podemos deduzir que p é demonstrado (directo), mas que $\neg p$ também, por consequência de $\neg q$ - tal como queríamos.

Assim façamos. O absurdo pode ser demonstrado porque conseguimos demonstrar p e $\neg p$. Usemos a regra de eliminação da negação para este propósito.

Demonstrar p é trivial neste ponto (é conhecimento adquirido). Usamos a regra do Axioma.

Demonstrar $\neg p$ necessita que se exiba que é a consequência de $\neg q$. É o que a regra de eliminação do implica (*Modus Ponens*) faz. A aplicação da regra do Axioma termina a construção da árvore de prova.

□